

QUESTÃO N° 2

A geopolítica tradicional teve, desde seus precursores, uma preocupação com as fontes de recursos naturais, em especial os recursos energéticos, uma vez que o domínio territorial - ou acesso comercial - a estas fontes, ~~bem como~~
~~o domínio de tecnologias para a transformações~~ marcaram a disputa entre as grandes potências e o próprio desenho do mapa político mundial, afetado por guerras e colonizações que tiveram origem na disputa de recursos energéticos.

No entanto, o vínculo entre o uso dos recursos energéticos, em especial os combustíveis fósseis, e o meio ambiente global é mais recente. Nos anos 1960, a questão ambiental veio à tona na arena política mundial por conta inicialmente das preocupações com os testes nucleares e a necessidade de reprimir a capacidade destrutiva das grandes potências que punha em risco a própria possibilidade da vida humana na Terra (Dalby). De modo mais sutil, atentava-se também para os limites do crescimento da população mundial, a partir do conhecido Relatório Meadows. Ambos os temas se relacionavam apenas tangencialmente com a questão energética, o primeiro pelo uso da energia nuclear (e sua implicação na política de uso das armas nucleares), o segundo por conta dos recursos energéticos necessários para atender a crescente população.

É somente nos anos 1980 que ganha tecido na geopolítica do meio ambiente a questão das mudanças climáticas antropogênicas. Evidências científicas passam a reforçar a hipótese de que o aquecimento global estaria sendo causada pelas emissões de gases de efeito estufa resultantes da atividade humana.



As mudanças climáticas se tornaram então a expressão mais relevante da geopolítica ambiental que emergia na ordem mundial que se configurava ao fim da Guerra Fria. Os problemas ambientais globais eram marcados por sua extensividade, intensidade e velocidade, segundo Noel Castree, desestabilizando o imaginário político ~~que~~ circunscrito por limites territoriais definidos, ~~que~~ trazendo atores não-estatais às arenas políticas, afetando a soberania territorial e demandando ações coordenadas através de acordos internacionais.

Nos anos 1990, a transição energética global ganha o centro das iniciativas da gestão ambiental internacional. O Painel Intergovernamental das Mudanças Climáticas (IPCC), criado em 1988, passa a publicar relatórios que apontam as tendências do aquecimento global e as medidas necessárias para contê-lo. Depois da Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente no Rio de Janeiro, em 1992, se iniciam ~~as~~ ~~sucessivas~~ rodadas da Conferência das Partes ~~(COP)~~ (COP), em que os países se reúnem para definir metas e compromissos da ação à transição energética global.

A dimensão geopolítica da transição energética se manifesta nas divisões marcadas pela posição de cada país em face de seus recursos energéticos, padrões históricos de desenvolvimento e vulnerabilidade em face dos efeitos das mudanças climáticas. Uma dessas divisões é a que opõe países centrais que historicamente emitiram um volume muito alto de gases de efeito estufa e se beneficiaram como potências industriais e países em desenvolvimento que dependem de maior consumo energético para acelerar o desenvolvimento industrial e ampliar o padrão de vida de suas populações, como é o caso, nesses últimos, de China e Índia.

Há uma divisão Norte/Sul global, em que os países do periférico e semi-periférico reivindicam compensações para que possam tomar medidas de transição energética que gerem benefícios globais sem arcar com sozinhos com os custos. Há também os países com grande parte da população em áreas litorâneas, potencialmente afetadas pela elevação do nível do mar, que assumem uma posição mais assertiva em relação às soluções para a transição energética.

Nessa geopolítica do meio ambiente, uma dificuldade que se apresenta é relacionada ao poder que a posse de reservas de combustíveis fósseis, em especial o petróleo, ainda confere às grandes potências e aos grandes produtores e exportadores de petróleo.

Uma segunda dificuldade se refere ao domínio desigual de tecnologias limpas entre os países. A nova economia verde ~~que~~ não será apropriada por todos os países e segmentos das populações na mesma velocidade.

Por fim, há que se atentar para o efeito político que os custos da transição energética trazem para os governantes. Grandes estes buscam ~~assumir~~ assumir compromissos mais avançados que atingem setores produtivos e o padrão de consumo da população.



QUESTÃO N°5

A geografia política é fundamental para a disciplina da geografia nas escolas, desde a constituição dos sistemas nacionais de ensino que incluíram a geografia no currículo escolar. Mostrar o território nacional, e seus atributos e a expressão da diversidade na unidade através das regiões era um meio de fortalecer o vínculo entre os cidadãos e a nação. ~~Geógrafo~~ Mackinder, por exemplo, enunciava o "ensino de geografia pela ótica imperial", para que os estudantes ~~brasileiros~~ britânicos tivessem sua visão de mundo a partir do enfoque do Império. Lacoste desenvolveu seu argumento sobre o uso instrumental da geografia dividindo-a entre a geografia dos Estados Maiores e a geografia dos professores, que nas escolas, tinha a função de mostrar a pátria embora sem transmitir a função estratégica do saber sobre o espaço, que ficava resguardada pelos "Estados maiores". O vínculo ~~dos~~ ~~estudantes~~ com a ~~nação~~ dos cidadãos com o território vai substituir, segundo Lacoste, o antigo ~~antigo~~ vínculo dos súditos com o rei, e a geografia escolar seria um importante artílice nessa missão.

Atualmente, a identidade nacional e o vínculo com o território não mais aparecem como argumentos centrais na defesa da geografia. Em momentos de reforma curricular, como a que estamos passando no ensino fundamental e médio, a diminuição da ~~com~~ carga horária obrigatoria de geografia é contestada com argumentos sobre a importância da geografia para se compreender a globalização, a geopolítica, as relações sociedade e natureza e se formam como ~~os~~ cidadãos ativos. O argumento é diferente daquele assumido pela geografia tradicional, mas a importância da geografia política e da geopolítica



permanece e fica até mais evidente.

Poderemos entender a incorporações de novas abordagens em Geografia Política e Geopolítica em termos de conteúdos e métodos. Como conteúdos, encontramos os conceitos e temas da geografia política/geopolítica principalmente no 7º ano, com a geografia do Brasil e sua divisão ~~territorial~~^{regional}, e no 8º e 9º ano, com a geografia regional do mundo, e no ensino médio com temas geopolíticos mundiais (conflitos, blocos regionais, questões ambientais). Essa distribuição bem consolidada nos currículos têm sido modificada pela emergência de novos enfoques menos centrados nos Estados nacionais como únicas entidades políticas e por leis que estabelecem obrigatoriedade de novos conteúdos. Em relação aos novos enfoques é o que vemos por exemplo com temas de terrorismo internacional e refugiados ~~que~~ que ganharam espaço nos últimos 20 anos. Sobre as leis, temos as leis que instituíram, desde 2003, a obrigatoriedade do estudo sobre a cultura e a história africana e afrobrasileira, as relações étnico-raciais e ~~os~~ os territórios e populações indígenas. Essa mudança na lei, acompanhada do ~~maior~~ aumento de pesquisas e publicações nessa temática, gerou novos arranjos nos currículos conteúdos programáticos do 7º ano (trazendo à tona a importância negra e indígena na formação territorial do Brasil e nas territorialidades contemporâneas, ~~nossa~~ bem como a ~~essa~~ busca de uma educação anti-racista) e no 8º e 9º anos, ampliando a carga horária destinada à África e desenvolvendo-se uma visão menos eurocentrada do mundo contemporâneo.

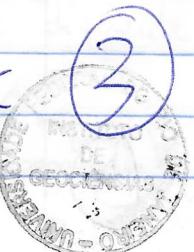
Como método, o campo da geografia política/geopolítica pode ser ampliado para outras séries, explorando por exemplo, o espaço local como um espaço marcado por regras

e relações de poder, que vão além das territorialidades estatais da geografia política tradicionais. No contexto urbano, essa aproximação com a realidade local pode convergir com ~~essa~~ a ideia de cidade educadora (M. Gadotti) e as relações entre cidade e currículo (Bonajó). Em outros contextos territoriais, como na educação indígena, quilombola ou do campo, é possível convergir a abordagem da geografia política/geopolítica com o estudo do mico (Pontushka) que alimenta tanto as práticas curriculares quanto os projetos políticos pedagógicos, o que é válido também para escolas urbanas.

A aprendizagem cartográfica é outro campo em que a geopolítica política podia dialogar, ao se explorar os mapas como representação do poder. Outras iconografias utilizadas nos materiais didáticos podem ser também problematizadas a partir da leitura de estereótipos e intencionalidades das imagens, no sentido do que a geopolítica crítica (Dalby, Ó Tuathail) apontam como geopolítica popular, abrindo-se todo um caminho de análise de diversas mídias e audiovisuais.

A abordagem da geografia política pode trabalhar a cidadania de forma mais efetiva explicitando-se os mecanismos de participação política através de uma aprendizagem significativa (Ausubel) e da aprendizagem baseada em resolução de ~~des~~ problemas (Dewey) em que o universo social e simbólico dos alunos ~~sejam~~ trazidos para a sala de aula, ao mesmo tempo em que os espaços públicos e políticos sejam conhecidos e apreendidos, como demonstrou um interessante trabalho de Daniel Aguiar em conselhos municipais.

Segundo Miguel Amoyo aponta que o currículo é um território em disputa. A metáfora é interessante



para pensarmos o lugar de destaque a geografia política e a geopolítica podem ter no âmbito da geografia, na relação com as demais disciplinas e no balanço entre currículos nacionais padronizados e experiências curriculares diferenciadas em contextos territoriais específicos.

QUESTÃO N° 6

A geografia política tradicional é marcada como uma geografia dos Estados, como bem coloca Raffestin. Desde seus fundadores, ~~que~~ tomava-se a dimensão territorial dos Estados e a ordem internacional centrada nas grandes potências como principais referências da disciplina. A geopolítica surge ~~desde~~ como saber aplicado pelos Estados (Raffestin) e visão global sobre o mundo político (Geoffrey Parker).

O mundo político que emerge no pós II Guerra Mundial traz à existência dezenas de novos Estados nacionais resultantes da descolonização da África e da Ásia. Tessa proliferação se completa com o fim da União Soviética no início dos anos 1990. Curiosamente, é também nos 1990 que se passa a problematizar a persistência e ~~desenvolvimento~~ a crise dos Estados nacionais como as entidades políticas determinantes da ordem internacional. A medição entre o local, o regional e o global passa a incorporar outros atores além do Estado e diferentes territorialidades e arranjos espaciais concorrentes ao Estado surgen ~~assim~~ acima, abaixo e ao lado. É o que Georges Bensko chama de desligamento entre escalas.

Para cima, diversas funções do Estado foram transferidas ou compartilhadas no âmbito de blocos regionais (sendo a União Europeia a experiência mais significativa) e de organismos internacionais, em sua maioria vinculados à ONU. Algumas concepções típicas dos anos 1990 desapareceram para falar de um império supranacional que passaria a gerir a política mundial (Held, Negri), a idéia de Estado desagregado (A.M. Slaughter) e arquipélagos institucionais (D. Zigo), em que as agências estatais se ~~transformaram~~



tornariam mais autônomas estabelecendo vínculos e protocolos de ações com suas contrapartes de outros Estados. A necessidade de cooperação internacional para temas globais como mudanças climáticas, pandemias, terrorismo, proliferação de armas nucleares, tráficos de drogas, etc. geraram todo um aparato internacional de governança que se somava aos aparelhos estatais.

Desligando do nível estatal para baixo, vimos o caso das cidades globais como atores geopolíticos com interesses e ações mais autônomas (Saskia Sassen) em relação aos Estados, as regiões produtivas onde figura e pode se concentrar (que Ohmae projetava no início dos anos 90 como Estados-região), as diversas identidades culturais e políticas locais que competem com a iconografia nacional (no sentido de Gottman), como o caso de comunidades de imigrantes, povos tradicionais e indígenas, movimentos sociais, etc.

Apesar dos prognósticos apressados sobre a crise dos Estados Nacionais, observamos que a imagem de um mundo sem fronteiras dos anos 1990 deu lugar a uma nova geopolítica das nações nos anos 2000, como cobra Fiori. A guerra global contra o terrorismo ocasionou o reforço dos aparatos militares em todo mundo, reforçando os controles fronteiros em diferentes contextos. A crise financeira de 2008 colocou em evidência a mutua dependência entre Estado e mercado, mesmo no âmbito aparentemente desterritorializado das finanças. O Brexit e a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos emitiram sinais ao mundo de que as duas maiores potências globais não apostavam mais no multilateralismo e na governança global e regional (europeia). Ao mesmo tempo, a ascensão chinesa elevou a competição econômica e geopolítica a novos patamares. Ao contrário do Japão

dos anos 1980, que energia como competidor econômico mas era despendido de recursos militares, a China é uma potência militar nuclear, com vasto território e população.

Na nova geopolítica dos Estados nacionais, uma questão fundamental que se coloca é a perspectiva de guerra e transição hegemônica e a posição dos Estados diante da turbulência advinda com o ambiente competitivo. A clivagem entre poderes marítimos e terrestres e o conceito mackinderiano de Eurásia podem ser mobilizados para se compreender como a conectividade das redes de infraestrutura ~~da Rota~~ centradas na China é expandidas para Ásia, Europa e África alterando o equilíbrio de poder antes concentrado nas potências marítimas ocidentais. ~~A possíveis geográficas de~~ ~~esta Rota~~

~~Na Rota~~ ~~que~~ ~~apareceram~~ ~~no mundo~~, ~~as~~ ~~respostas~~ ~~nacionalistas~~ ~~ou populistas~~

É nesse contexto que muitos anunciam o retorno dos Estados nacionais e da geopolítica. Os vínculos entre Estados e seus cidadãos têm sido repetidos gerando conflitos internos e clivagens entre nacionais e imigrantes, elites cosmopolitas e classes ~~de médias desprivilegiadas~~ ~~essa~~ ~~franquia~~ de regiões desprivilegiadas, etc., o que alimenta respostas políticas nacional-populistas que tornam o ambiente internacional mais conflitivo. A geopolítica contemporânea, com abordagens que trazem à tona diferentes escalas e atores para além dos estados, pode contribuir para uma abordagem mais sofisticada sobre o papel dos Estados no mundo contemporâneo.

